

O golpe e a crise da democracia

» ARTHUR ITUASSU

Professor associado da PUC-Rio e visitante do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Arizona

Os eventos do último 8 de fevereiro colocam o Brasil no centro do debate sobre a crise da democracia. A vinda a público de provas de que o governo Bolsonaro tramou para permanecer no poder independentemente dos resultados das urnas mostra que chegamos muito perto dos limites de uma ruptura institucional, a ponto de termos um incumbente propondo, aos seus ministros, uma virada de mesa no contexto das eleições de 2022, com apoio de altas patentes militares.

Os principais índices que medem o estado da democracia no mundo apresentam um cenário bastante negativo. O relatório anual *A liberdade no mundo*, produzido pela instituição americana Freedom House, mostra 17 anos de declínio democrático, iniciados em 2006. No relatório de 2023, o instituto afirma que as causas principais dos declínios democráticos nesse período foram as guerras, os golpes e os ataques às instituições por presidentes eleitos.

O *Estado global da democracia*, do Instituto Sueco para Democracia e Assistência Eleitoral, aponta para uma década de deterioração. Para o instituto, nesse período, o número de países se movendo em direção ao autoritarismo foi mais do que o dobro de países rumando no sentido oposto, ou seja, se democratizando. No último relatório, de 2022, o instituto sueco destaca seis casos com retrocesso democrático severo: Brasil, El Salvador, Hungria, Polônia, Índia e Estados Unidos.

O Instituto Variedades da Democracia, também sueco, trabalha com mais de 30

milhões de dados coletados de mais de 200 países desde 1789, envolvendo mais de 4 mil pesquisadores. O instituto produz o índice V-Dem, que mede o estado da democracia a partir de centenas de atributos sobre o regime, de modo a dar conta da pluralidade de significados envolvendo o termo “democracia”.

Segundo o V-Dem, o mundo hoje tem mais “autocracias consolidadas”, o pior estado na escala do instituto, do que democracias liberais pela primeira vez em mais de 20 anos. Enquanto 13% da população mundial viveriam, em 2022, em democracias liberais, 28% estariam sujeitas a um regime político de autocracia consolidada.

Na América Latina, o Instituto Latinobarómetro mede o apoio à democracia na região desde 1995. Diferentemente dos outros índices apresentados, o Latinobarómetro pergunta ao cidadão o que está achando da democracia e das instituições e já fez mais de 470 mil entrevistas em todos os países do subcontinente desde que começou os trabalhos há quase 30 anos.

Segundo o Latinobarómetro, estamos no patamar mais baixo de apoio à democracia na América Latina desde o início da medição, quando menos da metade dos entrevistados na região concordam com a afirmação de que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. O último relatório do instituto mostra um apoio à democracia de 32% em Honduras, 29% na Guatemala, 35% no México, 37% no Equador, 40% no Paraguai, e

46% no Brasil e em El Salvador. Na Colômbia, 48%, no Peru, 50%, na Bolívia, 51%, no Chile, 58%, na Argentina, 62% e no Uruguai, 80%.

Historicamente, o apoio à democracia no Brasil não ultrapassa muito os 50%. Segundo os dados do Latinobarómetro, chegou a 55% em 2009, mas caiu a 32% em 2016 e estava em 34% em 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito.

Em suma, não há dúvidas de que a democracia se encontra em crise, em especial quando se compara o contexto atual com o do pós-Guerra Fria. Naquele momento do “fim da história”, de Francis Fukuyama, a maior parte dos países se movia em direção à democratização, inclusive o Brasil. Além disso, é inquestionável que o Brasil é um dos casos principais na crise global da democracia e os eventos atuais só corroboram essa perspectiva. Nesse contexto, todas as pesquisas clamam que não basta defender o regime democrático, é preciso também urgentemente aprimorá-lo.

Se do lado da oferta no mercado político temos variados tipos de radicais que, com o apoio das mídias digitais, alcançam sucesso eleitoral, do lado da demanda está o cidadão desencantado. Na América Latina, o sentimento se expressa no fato de que, entre 2018 e 2022, 76% das eleições de nível nacional disputadas na região foram vencidas pela oposição. Ou no aumento dos protestos de massa, que passaram de 44, entre 2013 e 2016, para 71, entre 2017 e 2020. Segundo o Latinobarómetro, somente 28% dos latino-americanos estão “satisfeitos com a democracia”. No Brasil, esse índice é de 31%.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Desfiles 2024

Não é de hoje que a população brasileira, mesmo aquela que não acompanha o carnaval e não presta atenção na evolução das escolas de samba pelas avenidas do país, sabe que essas agremiações, por razões históricas, geográficas e mesmo por pressão de todo o tipo, mantêm estreito relacionamento com o mundo da contravenção e mesmo da criminalidade.

Não se descarta, nessas relações atuais, a proximidade com o tráfico e com as milícias. Antigamente, esses relacionamentos ficavam apenas restritos aos banqueiros do jogo de bicho. Mas é preciso entender que o crime, em nosso país tem evoluído muito, ganhando até status de empresas multinacionais. Dizer que as escolas de samba são infensas a essa proximidade pode parecer até eufemismo, quando se percebe que muitas dessas escolas já estão literalmente sendo comandadas por sequeiros do crime.

Por certo os carnavalescos mais tradicionais não aprovam essas relações. Mas o que podem fazer, diante do poderio da grana e das ameaças de morte, que essas facções fazem? As secretarias de turismo e os governos locais, mesmo na esfera federal, fingem que nada disso existe. Afinal, essa infiltração dos criminosos nas escolas de samba é realizada de modo discreto e longe da observação do grande público.

Toda essa situação pode até parecer surreal, mas o que representa isso, quando se verifica que mesmo nos legislativos de muitos estados da federação essa presença hoje é uma realidade? Extensas áreas geográficas de muitas metrópoles brasileiras, dominadas pelo crime organizado, são consideradas regiões proibidas para todos aqueles candidatos que não são apoiados pelos criminosos.

Quem se elege nessas regiões tem, no mínimo, a bênção dessas organizações. Essa situação e outras relativas à realidade nacional têm produzido um efeito negativo sobre as escolas de samba e mesmo sobre o carnaval tradicional, afastando das folias as famílias e um grande número de antigos foliões.

O carnaval não é mais o que era, reclamam muitos saudosistas, que desistiram dessa festa. A criminalidade em geral que, hoje, anda muito segura de si e que até é saudada por carnavalescos, como vítimas da sociedade e truculência da polícia, aproveita as festividades de Momo para praticar mais crimes, em meio ao tumulto geral estabelecido e diante da má-vontade de agir das autoridades.

Ir para as delegacias e registrar boletins de ocorrência sobre crimes ocorridos nas folias é perda de tempo. Ricos saem como culpados de darem parte. Para completar essa realidade, que, por si só, é fora da curva da normalidade civilizatória, registre-se ainda que, às vésperas do carnaval, em todo o país, caravanas e mais caravanas de ônibus lotadas são vistas nas ruas de todo o país, liberando em baciadas presos e condenados por diversos crimes, todos beneficiados pelo instituto da saidinha, livres para curtir, ao modo deles, os dias de folia.

É a escola do crime que pede passagem. Também pudera. Situação inusitada como essa só poderia acontecer mesmo num país onde autoridades, do mais alto nível de importância política, destinam milhões de reais para que escolas de samba criem enredos especiais elogiando esses padrinhos. Pensar que nos estados de origem desses personagens políticos folclóricos, por falta de recursos, nem mesmo há saneamento básico. É o Brasil desmiolado do samba no pé que sai às ruas desfilando seus trapos e suas mazelas.

» A frase que foi pronunciada:

“Há pessoas que usam máscaras de janeiro a janeiro. O carnaval não se acaba na Quarta-Feira de Cinzas. Dói saber!”

Leônia Teixeira

Sem doença

» Hora de redefinir vacinação. O que está acontecendo contradiz a terminologia. O significado é claro: “Ato ou efeito de vacinar visando gerar uma imunidade ativa, específica contra uma doença”.

Inferno

» Ao se aposentar o trabalhador é identificado por bancos que ligam pelo menos 18 vezes ao dia oferecendo empréstimo consignado ou outros serviços. Mais ligações tipo spam desligam imediatamente ao serem atendidas.

Carnaval

» No Parque Olhos D'Água, as Lagartixas Chorasas deram um show de bom humor e musicalidade. Carnaval assim dá gosto!

Precisamente

» Daniel Briand parecia ter uma bola de cristal. Na sexta-feira, primeiro dia em que a cidade pretendia aquecer os tamborins, o francês fechou as portas. Parece que sabia sobre a quantidade de água que cairia do céu.

» História de Brasília

A última vítima das guarnições de Rádío Patrulha foi o jornalista Caio Caiubi, representante da “Visão” do Distrito Federal.

A dengue exige que os governantes cuidem das pessoas e das cidades

» FÁTIMA SOUSA

Professora associada do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília

O Brasil, especialmente o Distrito Federal, mal saiu de uma triste e traumática pandemia de covid-19 e já enfrenta uma epidemia de dengue e outras arboviroses, que há décadas são anunciadas. Essa situação reflete a fragilidade do país e de sua capital em lidarem com crises sanitárias e suas sequelas. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, se apresenta frágil diante de novas crises sanitárias, demonstrando a necessidade de maior preparo e resposta eficiente por parte das autoridades de saúde, uma vez que as arboviroses não estão circunscritas apenas ao território brasileiro.

Um fator crucial para o surto de dengue é o desenvolvimento urbano desordenado e excludente que ocorre desde a década de 80 do século passado até hoje. Realidade visível nas periferias das cidades e, no caso do DF, em suas principais avenidas, eixinhos, quadras e demais setores, com seus ambientes propícios para a proliferação do *Aedes aegypti*.

Embora as condições climáticas também contribuam para a explosão de casos, é fundamental que os governos tratem essa doença como uma emergência sanitária e se preparem de forma eficiente e humanitária para preveni-la durante todo o ano. Isso inclui uma forte atuação do poder público nos territórios propícios à reprodução do mosquito. Nesse sentido, é importante problematizar a situação da população que vive em situação de rua, periferias e favelas, que muitas vezes não dispõem de condições financeiras para adquirir materiais de proteção, como repelentes,

exigindo abordagens inclusivas e sensíveis por parte dos governantes e seus gestores.

A prevenção da dengue requer não apenas ações de combate ao vetor, mas também a implementação de políticas públicas abrangentes. Além da vacina, é necessário pensar em outras estratégias de prevenção e cuidado com as cidades e com as pessoas, campanhas de conscientização, gestão da informação e tradução do conhecimento para que as famílias e comunidades também se apropriem dos conteúdos e se tornem protagonistas do seu autocuidado.

Cuidar das cidades significa garantir a infraestrutura adequada, como sistemas de saneamento básico eficientes, coleta adequada de lixo e espaços públicos limpos e bem conservados. Além do investimento em medidas de prevenção, como o combate ao acúmulo de água parada, criadouro para o mosquito transmissor da dengue. Para garantir uma infraestrutura adequada nas cidades, faz-se necessária uma gestão eficiente de resíduos sólidos, manutenção adequada de vias e infraestruturas, planejamento urbano sustentável, energias renováveis e eficiência energética.

Cuidar das pessoas significa promover a conscientização e educação permanente sobre a doença, sintomas e formas de prevenção. E ainda, garantir o acesso aos serviços de saúde de qualidade, como unidades de atendimento e tratamento adequados, além de ampliar as ações intersetoriais e fortalecer as vigilâncias sanitária e epidemiológica a fim de identificar precocemente os casos de dengue e monitorar a evolução da doença, permitindo

uma resposta rápida e direcionada, com a mobilização de recursos e equipes de saúde. Os governantes também devem garantir que haja recursos suficientes para o atendimento adequado, incluindo a disponibilidade de leitos hospitalares, materiais e medicamentos necessários para o tratamento.

No que se refere à vacinação, é importante considerar investimentos em instituições nacionais, como o Instituto Butantan, que há anos desenvolve vacinas contra a dengue. Isso garantiria a soberania sanitária do país, com produção nacional mais eficiente e econômica, em contrapartida à dependência de laboratórios estrangeiros que, diante da elevada demanda e exigência de duas doses, têm limitações na entrega da vacina para o Brasil.

Por fim, o apelo ao Exército por parte do governo do DF parece revelar uma compreensão limitada do problema. A abordagem da dengue requer ações integradas e estratégias multidisciplinares, envolvendo não apenas as forças militares, mas também profissionais de saúde, pesquisadores e a população em geral.

Desse modo, faz-se necessário o trabalho para criar ambientes mais saudáveis e seguros, protegendo a população contra doenças e melhorando a qualidade de vida de todos. Insisto, trata-se de um esforço coletivo que envolve a participação e colaboração de autoridades sanitárias, governos, profissionais de saúde e da comunidade, pois as ações de combate à dengue devem ser contínuas e não apenas uma resposta imediata ao caos. É preciso prevenir novos surtos e proteger a população.

